

Agricultura no Brasil: Desenvolvimento e Perspectivas

Carlos Nayro Coelho⁽¹⁾
Paulo Nicola Venturelli⁽²⁾

1. A AGRICULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVI- MENTO ECONÔMICO

1.1. Participação da Agricul- tura na Economia

Como tem acontecido em outros países, o processo de desenvolvimento do Brasil implicou redução gradativa da participação do setor agrícola no PIB, como demonstra o quadro I.

ATIVIDADE	1970	1980	1990
AGRICULTURA (%)	11,5	10,2	8,0
INDÚSTRIA (%)	33,3	40,7	34,3
SERVIÇOS (%)	52,2	49,1	58,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Todavia, a agricultura continua sendo muito importante, tanto em termos do emprego da mão-de-obra como nas exportações. De fato, o setor rural, apesar de representar atualmente apenas 10% do produto nacional, emprega 1/4 da força de trabalho e contribui com quase 40% das exportações totais, caso sejam considerados os produtos agrícolas processados e semi-processados. Em 1992 gerou mais de 15 bilhões de dólares da receita de divisas.

O crescimento histórico do setor agrícola deve-se principalmente à incorporação de novas áreas ao processo produtivo. A adoção de novas técnicas e o processo de modernização ocorreram com mais intensidade depois de 1970, em função das políticas governamentais, principalmente do crédito rural orientado. A introdução da soja no Sul do país e sua posterior expansão para outras regiões foi a força motriz desse processo.

O rápido crescimento do setor industrial iniciado na década de 40 (3) mas acelerado a partir de meados da década de 50, trouxe grandes transformações estruturais no País, com a am-

(1) Técnico da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

(2) Técnico da Secretaria de Política Agrícola do MAARA.

(3) Para se ter uma idéia do surpreendente avanço da economia brasileira entre 1940 e 1980, basta dizer que na década de 20 a renda per capita brasileira era apenas 1/30 da Argentina. Atualmente atinge perto de US\$ 2.450,00 (pouco inferior à Argentina) e cresceu em termos reais mais de 4% ao ano desde 1940.

E 10

pliação da infra-estrutura viária, das telecomunicações e de energia elétrica. Durante o período 1950-1980 o setor industrial cresceu 8,5%, quase o dobro do crescimento agrícola (4,4%). Em compensação, na década de oitenta, enquanto o setor industrial cresceu apenas 2,1%, o setor agrícola cresceu 2,8% (Quadro II).

Quadro II
Crescimento Setorial do PIB

	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1950-60	4,5	9,0	6,1	6,7
1960-70	4,0	8,0	6,1	6,3
1970-80	4,2	8,9	8,7	6,9
1980-90	2,8	2,1	3,4	2,7

Fonte: IBGE.

Em resumo, durante as décadas de 50 e 60 o processo de industrialização dominava completamente as preocupações do governo. O papel da agricultura era apenas gerar divisas (e financiar o processo) principalmente através do café, e fornecer alimentos baratos. Os instrumentos eram o confisco cambial, taxa de câmbio sobrevalorizada e impostos diretos. A construção das rodovias de integração permitiram o início da expansão agrícola para o Centro-Oeste.

No início da década de 60, todavia, o modelo de penalização da agricultura começou a dar sinais de saturação, com a escassez crescente de alimentos, principalmente grãos.

Para reverter o processo, em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (para financiar a produção e comercialização, estimular o aumento na produtividade e fortalecer economicamente os produtores rurais) e reformulada a Política de Garantia de Pre-

ços Mínimos para transferir para a sociedade parte do risco e incerteza que cercam o comportamento dos preços agrícolas.

Durante as décadas posteriores esses dois instrumentos constituíram a base de apoio do setor público à agricultura. E, apesar da alta dose de instabilidade que acompanhou a sua aplicação nos últimos anos, eles continuam a influenciar o comportamento dos produtores e dominar as suas expectativas com relação à política do governo para o setor.

1.2. A Composição do Produto Agrícola

Em função da extraordinária expansão da soja (a produção passou de 1,8 milhão de toneladas obtidas em 1970 para mais de 14 milhões em 1989), da laranja e da cana-de-açúcar para energia, a composição do produto agrícola mudou significativamente nas

últimas décadas.

Antes da revolução provocada por esses produtos, o "mix" agrícola brasileiro era dominado pelo café e cana-de-açúcar, como produtos orientados para exportação, e pela produção (com tecnologia rudimentar) de arroz, milho, mandioca e feijão, orientados para o mercado interno. O algodão, como cultura de exportação, foi o único que apresentou queda significativa na produção (com mais de 20% entre 1966 e 1990).

Em virtude do processo de rotação com a soja (na Região Sul) e da forte intervenção do setor público tanto na produção como na comercialização, o trigo foi a única cultura de consumo doméstico que apresentou expansão significativa no período 1960/70.

O Quadro III apresenta a evolução das principais culturas, que representam mais de 95% da produção agrícola.

Quadro III
Produção Agrícola do Brasil
1.000 toneladas

	1960	1970	1980	1990	1992
Soja	205,7	1.306,1	15.155,8	19.947,4	19.416,0
Trigo	1.312,4	1.844,2	2.701,6	3.424,0	2.726,2
Mandioca	17.813,2	23.464,2	23.465,6	24.706,7	24.658,7
Cana-de-açúcar	55.929,8	79.752,0	148.890,5	267.328,7	266.454,5
Café	4.169,2	1.748,7	2.122,3	2.878,2	2.756,8
Algodão	1.929,2	1.954,9	1.875,8	1.819,7	2.064,4
Arroz	4.764,9	7.520,0	8.775,7	7.431,0	10.102,1
Feijão	1.730,7	2.211,4	1.998,1	2.251,2	3.178,6
Milho	8.871,9	14.216,0	20.372,0	21.336,5	30.700,0
Laranja(*)	8.389,8	15.467,1	54.499,0	87.931,4	94.032,0

Fonte: IBGE.
(*) Milhões de frutos.

Como pode se observar, o único produto típico de consumo doméstico que acompanhou de perto o crescimento populacional foi o milho que, entre 1960 e 1992, cresceu 256%.

No tocante à pecuária, vale destacar o grande avanço da produção avícola brasileira, que passou de 132.000.000 de cabeças em 1961 para 570.000.000 em 1991. O Quadro IV mostra a evolução dos principais rebanhos.

Quadro IV
Evolução da Pecuária no Brasil
1.000 cabeças

	1961	1971	1981	1991
Bovinos	56.041	78.562	121.785	152.000
B. Leiteiro	7.396	9.890	16.492	19.300
Suínos	25.560	31.524	32.429	35.000
Aves	132.000	214.000	450.000	570.000
Ovinos	14.000	17.643	18.054	20.200

Fonte: FAO

A produção pecuária no Brasil contribui com cerca de 40% do produto rural, mas emprega somente 25% da força de trabalho.

A criação de bovinos ocorre na maior parte do Brasil de forma extensiva, utilizando aproximadamente 200 milhões de hectares. Apenas nas regiões Sul e Sudeste a produção intensiva está em processo de consolidação, inclusive com o sistema de confinamento (feedlots).

A produção de frangos, por outro lado, é o exemplo mais notável de criação intensiva, de adoção de tecnologia moderna e de utilização em larga escala do sistema de integração vertical. Atualmente as exportações de carne de frango constituem um item importante no comércio exterior do Brasil.

2. INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NA AGRICULTURA

2.1. Crédito Rural

A participação sistemática do Governo Federal no financiamento à agricultura iniciou-se na década de trinta, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil.

Embora no início a situação fosse dotar a CREAI de recursos captados no mercado através da emissão de bônus agrícolas, a inexistência de um sistema financeiro capaz de absorver grande quantidade de papéis obrigou o próprio Banco do Brasil a atender a demanda por financiamentos agrícolas com recursos da Carteira de Redescontos (CARED), que na época funcionava como redesconto de um Banco Central, e portanto com capacidade limitada de criar moeda.

A implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965 (logo após o surgimento do Banco Central) foi resultado da política de colocar o orçamento fiscal da União como fonte dos recursos oficiais para o crédito e de criar fontes alternativas não inflacionárias de financiamentos (via depósitos à vista), com a inclusão mandatória dos bancos privados, fechando assim a torneira de emissões automáticas da CARED.

No início, quando as taxas de inflação eram reduzidas, a quase totalidade dos recursos foram oriundos do depósito à vista (em 1965 chegou a 97% do total). Todavia, à medida que o processo inflacionário foi-se ampliando, o SNCR voltou gradativamente a ser financiado com recursos inflacionários (momento expansão de base monetária e emissão de títulos), o que aumentou o volume de subsídios e reduziu a eficiência por unidade de crédito aplicado, devido à elevação do custo alternativo do dinheiro. Em 1980 a taxa real de juros situou-se em -38% (contra -5.6% em 1990), e apenas 15% das

aplicações foram originárias dos depósitos à vista. Por toda a década de 70, enquanto a produção de grãos cresceu 90%, os dispêndios em crédito de custo aumentaram mais de 400%.

Na década de oitenta, o programa de crédito rural caracterizou-se por três fatos importantes: a) instabilidade e queda na oferta de recursos; b) eliminação da taxa de juros negativa a partir de 1985; c) busca de novas fontes (estáveis) de recursos.

A instabilidade ocorreu principalmente em função de conflitos entre os objetivos antiinflacionários da política monetária e o impacto inflacionário das safras curtas. Assim, o volume de crédito variou entre US\$ 11.3 bilhões aplicados em 1980 e apenas US\$ 4.8 bilhões aplicados em 1984.

Ao contrário das expectativas existentes na época, o fim das taxas negativas (a partir de 1986) não provocou redução no volume de produção, que continuou mostrando uma tendência crescente, embora as aplicações tenham caído mais de 28% entre 1987 e 1992, conforme mostra o quadro V.

Os desembolsos de crédito por unidade de produto apresentaram também grande variação na década. O menor ocorreu em 1984 (US\$ 95.36) e o maior, em 1986 (US\$ 196.97). Essa variação é consequência principalmente da escassez administrativa de recursos em alguns anos, como em 1984, e a abundância em outros, como em 1986, em que o Plano Cruzado estimulou as aplicações oficiais na agricultura.

De qualquer maneira os últimos dez anos de desempenho do SNCR mostram dois fatos importantes: a eliminação das taxas negativas de juros não teve impacto negativo na produção e cada vez mais os agricultores estão utilizando recursos próprios para cobrir os custos operacionais, dada a relação inversa que se observa entre o nível de produção e de crédito a partir de 1987.

No tocante às fontes de recursos, pode-se dizer que o governo está

Quadro V
Crédito Rural e Produção Agrícola

	A-Valor (US\$ 1000)	B-Produção 1.000t	C-Tx de Juros	A/B
1983	7.652.676	47.651,8	- 36,3	160,60
1984	4.999.730	52.427,7	- 1,6	95,26
1985	7.075.888	56.180,3	- 3,8	121,82
1986	10.785.102	54.754,5	7,3	196,97
1987	10.921.000	64.689,9	9,3	166,82
1988	8.366.000	66.322,1	7,1	141,22
1989	7.335.000	71.497,4	12,3	102,68
1990	8.479.000	59.306,0	11,3	145,42
1991	8.329.000	57.958,9	11,2	143,99
1992	7.797.000	66.399,0	11,2	113,99

Fonte: Banco Central.

suprindo nos últimos anos a demanda por crédito administrado com recursos captados no mercado, via poupança rural, fundo de commodities. A diferença entre a taxa de captação e a taxa de aplicação é coberta pelo Tesouro.

2.2. A Política de Garantia de Preços Mínimos

A tentativa de se estabelecer uma política de preços para grãos no Brasil ocorreu em 1943, com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Todavia, somente em 1945 foram fixados os primeiros preços mínimos para o arroz, feijão, milho, amendoim, soja e semente de girassol, sem contudo ocorrer qualquer intervenção no mercado, principalmente devido à falta de infra-estrutura.

Em seu formato atual, a PGPM foi implementada a partir de 1951, com a Lei nº 1.506 (19.12.51), que estabeleceu os mecanismos operacionais do programa em termos de aquisições (AGF) e financiamentos (EGF).

Apesar dos dispositivos legais, a fixação de preços mínimos fora da época adequada e em níveis muito inferiores aos de mercado, desestimulou a participação no programa. Apenas em 1953 foi organizada uma grande operação para a sustentação dos preços do algodão no Nordeste, quando adquiriu-se 473.275 toneladas. Entre 1952 e 1960 foram adquiridas apenas 111.131 toneladas, a maior parte de algodão no Nordeste.

Até 1965, quando foi redefinida a participação de beneficiadores e intermediários na política, apenas em 1963 o governo interveio de forma significativa no mercado para garantir preços. Nesse ano foram adquiridas 748.720 toneladas, nas quais o milho participou com 68,3%.

Apesar do Decreto-Lei nº 79, de 19.12.66, ser considerado o ponto de partida do atual "modelo" de preços mínimos, foi a partir de 1965 que os financiamentos da comercialização iniciaram o seu ciclo de crescimento, evoluindo

de 174.564 toneladas obtidas naquele ano, até atingir o máximo histórico de 14.919.101 toneladas em 1982. Também foi em 1965 que o governo adquiriu o volume máximo de produtos, nos primeiros 25 anos de execução da Política (iniciada em 1952), cerca de 2.252.074 toneladas, composto principalmente de arroz (81,8%).

Atualmente os instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) são os mesmos utilizados nas décadas anteriores, ou seja, as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Empréstimos do Governo Federal (EGF). Recentemente foi instituído o Prêmio de Liquidação (PL), cujo objetivo é viabilizar a absorção pelo mercado de produtos financiados em regiões distantes dos centros consumidores.

Com as restrições na oferta de crédito rural administrado, a PGPM passou a ter papel fundamental nas articulações oficiais de apoio à agricultura na década de 80. A opção da política aparentemente foi fixar preços mínimos mais elevados (e tomar o programa mais atuante) e reduzir a importância de crédito de custeio subsidiado como mecanismo de apoio, devido à sua característica concentradora de renda e a evidente perda de eficiência (desvio de objetivos) observados na década anterior.

Através do EGF, o governo financia a estocagem no curto prazo, para permitir melhoria no poder de barganha do produtor na época da colheita, e ao mesmo tempo reduzir as flutuações estacionais nos preços. Sob a AGF o governo compra os excedentes da produção com base nos preços mínimos fixados antes do plantio. Os produtores e cooperativas podem transformar o EGF em AGF, caso as condições de mercado não sejam favoráveis no final do contrato.

Várias modificações foram introduzidas na PGPM para reduzir os gastos governamentais. Em 1992 foi introduzido o EGF especial, com o objetivo de estender o EGF por um período de

tempo adicional e, com isto, evitar a transformação em AGF, que exige mais recursos governamentais. Recentemente foi introduzido o Preço de Empréstimo (PE), baseado no "loan rate" americano, em que produtos como alho, amendoim, caju, sorgo, soja e cevada são financiados via EGF, com base no PE e não no preço mínimo fixado. Isso logicamente reduz os desembolsos no EGF.

Integrado à PGPM existe o Valor Básico de Custeio (VBC), o qual serve de referência para a concessão (e racionamento) do crédito de custeio. Anualmente o VBC determina a quantidade máxima de recursos que um produtor pode receber de crédito por hectare a ser cultivado. O índice depende do tipo de produto, tecnologia, tamanho do produtor etc. Recentemente foi aprovada uma lei que garante a cobertura de 100% do VBC para produtores com elevado grau de produtividade, ou que utilizem o pacote tecnológico indicado pelo serviço de extensão rural.

Os estoques do governo são liberados através do Preço de Liberação dos Estoques (PLE), introduzido em 1988, que é fixado com base na média móvel de preços de mercado observados nos últimos 40 ou 60 meses.

2.3. Pesquisa e Extensão Rural

O sistema público de Pesquisa e Extensão Rural é formulado, coordenado e executado nacionalmente pela Embrapa, empresa pertencente ao Governo Federal, em estreita colaboração com os estados.

Criada em 1972, a Embrapa opera um Sistema com 41 estações de pesquisa, distribuídas por todo o território nacional. Após o fechamento da Embrater (empresa de extensão rural) em 1990, a Embrapa passou a coordenar e fornecer assistência financeira ao sistema de extensão rural, que é executado pelos estados, através das EMATER.

A ênfase da pesquisa da Embrapa está no desenvolvimento de novas variedades de alguns produtos agrícolas (como soja, milho, feijão, trigo etc.) e sua adaptação para cultivo em diferentes tipos de solo e clima.

A Embrapa desenvolve pesquisas em biotecnologia, conservação de solos, mecanização e participação na produção de sementes desenvolvidas em seus laboratórios.

Entre as principais realizações da Embrapa está o desenvolvimento de técnicas de correção de solo e de sementes apropriadas para o cultivo na região dos cerrados, uma vasta área localizada na Região Centro-Oeste do Brasil, com mais de 100 milhões de hectares.

2.4. Tributação

A política de taxação da agricultura no Brasil tem três variantes fundamentais. A primeira, representada pelo Imposto de Renda, teve influência decisiva no modelo de crescimento observado, encorajando o processo de modernização e a formação de grandes propriedades. Isso porque pequenos produtores não tinham renda suficiente para se beneficiarem das provisões e incentivos rurais do IR, que privilegiavam o capital.

A segunda variante é representada pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um imposto regressivo que incide sobre a produção agrícola e que a rigor deveria penalizar todos os participantes do processo de comercialização. Todavia, como esse imposto é um imposto sobre o Valor Adicionado, novamente os pequenos produtores desorganizados são penalizados, pela falta de condições de abater os créditos diferidos.

A terceira variante é representada pelo Imposto sobre a Terra (ITR) que, de acordo com a legislação, é cobrado de forma progressiva. Propriedades com menos de dois módulos são isentas da taxa. Acima de 100 módulos,

pagam 35% sobre área não utilizada produtivamente.

Embora ainda exista muita evasão, o valor total do imposto pode ser reduzido por um fator técnico que chega a 90%, de acordo com o nível de utilização e da produtividade da propriedade. Esse fato tem, juntamente com a evasão, inibido a utilização do ITR como instrumento de redistribuição de terras.

3. O SETOR AGRÍCOLA E O COMÉRCIO EXTERIOR

3.1. As Políticas Comerciais e a Estrutura do Comércio Exterior

O Setor Agrícola Brasileiro continua sendo um dos principais motores do comércio exterior brasileiro. Até recentemente, o café e o açúcar representavam cerca de 60% da pauta de exportação brasileira. A partir de meados da década de sessenta, esse quadro começou a mudar. Várias políticas nessa década começaram a ser implantadas para diversificar a pauta de exportação do Brasil. Foram criados vários instrumentos fiscais e cambiais para incentivar as exportações, como isenções de impostos diversos, a instituição do "draw back" (que permitiu a importação de insumos isentos de tarifas e impostos para posterior exportação do produto final) e a política cambial, que procurava manter a relação da moeda nacional com relação ao dólar compatível com a nova estratégia exportadora.

O resultado dessa política foi uma forte diversificação da pauta de exportações brasileiras. Produtos agrícolas tradicionais como os citados acima começaram a perder participação nas exportações. Devido à política cambial adotada o setor agrícola teve oportunidade de ver suas exportações crescerem, principalmente através da soja e seus derivados e do setor de carnes (bovina e avícola). O crescimento das exportações de frango permitiu,

também, o crescimento da cultura do milho, que de uma produção artesanal passou a ser feita de modos empresariais e, hoje (em quantidade), é o principal cultivo brasileiro de grãos, secundado pela soja. Mais recentemente, o Brasil está se tornando importante exportador de algumas frutas (melão, manga, uva, maçã etc.) e de flores.

No início da atual década o Brasil deu um passo importante para uma maior participação no comércio exterior e para melhorar a sua eficiência econômica. Após a Segunda Guerra até a década passada, a política econômica seguiu um rígido programa de substituição de importações. Esse processo, se serviu para acelerar a industrialização, criou, por outro lado, desequilíbrios, tanto nos termos de concentração de renda individual, como, também, regionalmente, e mostrou-se incapaz de garantir um crescimento sustentável de modo definitivo. Assim, a economia brasileira, a partir dos anos 80, entrou em recessão, o que possibilitou condições políticas para que houvesse mudanças de rumos, principalmente na área externa, com a implantação gradual de redução das tarifas e eliminação das restrições não tarifárias incidentes nas importações.

Os efeitos da abertura econômica brasileira já começaram a aparecer. As importações estão crescendo, principalmente as de insumos e bens de capital, que têm seus efeitos positivos sobre a eficiência da economia, à medida que reduz custos de produção e melhora a produtividade, e indiretamente torna o Brasil mais eficiente no mercado mundial, naqueles produtos que têm vantagens comparativas, como os agrícolas.

As tarifas de importação do Brasil, hoje, em média, são de 14%.

O Brasil, por outro lado, é um importante importador de produtos agrícolas. Destacam-se na pauta de importação o algodão, o milho, o trigo, a cevada, o arroz, os peixes, o azeite de oliva etc.

A participação da agricultura e da agroindústria brasileira nas exportações brasileiras, hoje, atinge 30% e, na importação de produtos agrícolas, 15% do total importado, somando, aproximadamente, 15 bilhões de dólares.

3.2. A Agricultura e os Acordos de Integração

Em 1991 a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai firmaram o Tratado de Assunção, que deu origem ao MERCOSUL. O MERCOSUL entrará em pleno funcionamento em 01/01/95, quando as barreiras alfandegárias intra-regionais serão totalmente eliminadas, e haverá uma tarifa externa comum e livre circulação de bens, serviços e capital.

O MERCOSUL é constituído de uma população de cerca de 190 milhões de pessoas e com um Produto Interno de, aproximadamente, 600 bilhões de dólares.

Na atual fase de transição para a formação do Mercado Comum, a Margem de Preferência Tarifária para a comercialização inter-regional já é de 82%. Existem alguns produtos que ainda não estão incluídos nas margens de preferências; no entanto, a cada ano esses produtos são reduzidos em 20% e, em 1995, para a Argentina e o Brasil e em 1996 para o Paraguai e o Uruguai, todo o comércio será realizado com margens de preferência tarifária de 100%.

É do MERCOSUL que provém boa parte das importações agrícolas brasileiras, como algodão, milho, arroz, trigo, cevada etc. E, também, já são significativas as nossas exportações como a de frango, produtos da agroindústria, como derivados de tomates, temperos, café, celulose, fumo etc. O comércio brasileiro com seus parceiros do MERCOSUL já ultrapassa a cifra de 6,5 bilhões de dólares.

Além do MERCOSUL, o Brasil está propondo a formação do MERCOSUL NORTE, com os países que fazem

fronteira com o País ao norte do Paraguai. O Brasil, também, participa intensamente da atual rodada de negociações sobre a rodada Uruguai no GATT e se alinha com o Grupo de Cairns. A redução dos subsídios às exportações agrícolas no mundo teria impactos positivos sobre a agricultura brasileira.

4. O POTENCIAL AGRÍCOLA BRASILEIRO

A atual safra de grãos brasileira (1993) atingiu 69 milhões de toneladas. A produtividade por hectare vem durante os anos 80 e início de 90 crescendo continuamente. Principalmente dois produtos estão alavancando a produtividade agrícola brasileira - a soja e o milho. É crescente o uso de insumos modernos nesses dois produtos. Outro elemento importante é a crescente participação das regiões do cerrado (Centro-Oeste brasileiro), também, para explicar o crescimento de produtividade. O cerrado, por suas características, exige o uso de tecnologias modernas. Isso, em conjunto com um regime de chuva relativamente regular, possibilita obter uma produtividade para a soja que varia de 2.000 a 3.000 kg/hectare e para o milho de 6.000 até 12.000 kg/hectare.

A possibilidade de expansão da agricultura nessa região é bastante elevada pois apenas 10% das terras disponíveis são empregadas na produção desses grãos.

Deve-se, também, destacar a cultura de arroz irrigado, que vem continuamente alcançando produtividade cada vez mais alta. Essa produção em boa parte está localizada no Sul do País, mas já há, também, produção no cerrado, onde é possível obter-se duas safras/ano.

O Brasil continua sendo líder mundial na produção de cana-de-açúcar e café. Na cana-de-açúcar o País, na Região Centro-Sul, possui as lavouras mais rentáveis do mundo e no café,

está havendo um esforço no sentido de melhorar sua qualidade, principalmente com relação ao tipo e bebida.

Existem amplas oportunidades para a produção de frutas, com tecnologia de irrigação, no Nordeste do Brasil, às margens do Rio São Francisco. A produção de uva, melão, mamão papaya etc. já é bastante desenvolvida na região. Há possibilidade, também, de desenvolvimento para a cultura de arroz e algodão. Para essa cultura, o Estado de Mato Grosso (Centro-Oeste) começa a despontar como bastante promissor, tanto na forma de sequeiro como irrigado. Alguns grandes produtores estão investindo grandes quantidades de recursos e produzindo em áreas que passam, individualmente, de 1.000 hectares.

Quanto à pecuária de corte e de leite a potencialidade é imensa. Apesar da maior parte do gado de corte ser criado de modo extensivo, já há uma proporção razoável sendo criada em estábulos. O grande problema que o setor tem que resolver é a febre aftosa, que vem sendo combatida sistematicamente, mas tem, ainda, um longo caminho a ser percorrido.

Com relação à pecuária leiteira, investimentos importantes vêm sendo realizados, principalmente para melhoria do padrão genético do rebanho e da qualidade do leite. Isso vem ocorrendo, principalmente, após o governo deixar de controlar o preço do produto ao nível de consumidor. As principais bacias leiteiras brasileiras estão localizadas no Centro-Sul do País.

4.1 A Agroindústria

A agroindústria brasileira, nas duas últimas décadas, tornou-se um dos principais setores produtivos do País, com destaque para as indústrias de derivados de trigo, de carnes, incluindo a avícola, de temperos, de tomate e de leite, sendo que algumas cooperativas atuam de modo significativo no setor. Várias multinacionais estão,

também, colaborando com suas tecnologias e recursos para seu desenvolvimento. Hoje o Brasil é importante exportador de carnes e seus derivados, temperos, subprodutos de tomates etc. Apesar de não ter grande participação no mercado internacional de derivados de leite, esses produtos (queijos, iogurtes etc.) não perdem em qualidade para seus similares estrangeiros. No ramo de massas alimentícias o Brasil concorre no mercado japonês com tradicionais marcas italianas.

4.2. O Principal Gargalo: Infra-estrutura

O Brasil, por ser um país de grande extensão territorial, para ter uma infra-estrutura para escoar sua produção necessita de recursos financeiros que atingem a cifra de bilhões de dólares. É precária a situação das suas estradas de ferro e de rodagem, e os rios navegáveis, para dar um suporte maior ao escoamento da produção, necessitam da construção de eclusas e de correção de leitos, que demandam recursos que hoje o governo brasileiro não dispõe.

Atualmente, aproximadamente 80% da produção de grãos é escoada por estradas de rodagem. De Mato Grosso ao Porto de Santos (SP) a tonelada de grãos é transportada a um custo de 70 dólares.

Algumas medidas estão sendo tomadas pelo governo brasileiro para facilitar o investimento privado em estradas de ferro e em rodovias. Está sendo construída com fundos privados a ferrovia que ligará os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com os portos de Santos (SP) e de Vitória (ES). Programas de privatização da Rede Ferroviária Federal estão começando a

ser executados e pretende-se privatizar as principais estradas de rodagem do País. Essas medidas poderão reduzir em até 50% os fretes para a Região Centro-Oeste.

Investimentos para melhorar a navegação das bacias do Prata e da Amazônia estão sendo planejados. Recentemente, os governos dos países do MERCOSUL e da Bolívia firmaram acordo para viabilizar o escoamento das safras dos estados de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, através do Rio Paraguai até os portos da Argentina e do Uruguai. O frete neste caso cairia para 20 dólares/t. A viabilização da navegação em alguns rios que cortam o centro-oeste da Bacia Amazônica possibilitará o escoamento das safras até o porto de Belém (PA). Hoje já é possível escoar parte da safra por rios de Goiás até o Estado de São Paulo.

A Ferrovia Norte-Sul, que ligará os estados do Pará, Maranhão e Tocantins com as Ferrovias do Centro-Sul, já está funcionando até o interior do Maranhão, e constitui a principal via de escoamento para a soja produzida nesse estado até o Porto de Ponta da Madeira, que recebe navios de até 300 mil toneladas.

Outro grande entrave ao desenvolvimento agrícola brasileiro são os custos portuários. No entanto, o Congresso brasileiro aprovou uma lei que permite investimentos privados nesse fator e desregulamenta várias atividades que encareciam os custos portuários. Hoje esses custos variam de 5 dólares a 10 dólares/t. Pretende-se que sejam reduzidos em pelo menos 50%.